

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DA
REDE DE INSTITUTOS NACIONAIS DE SAÚDE PÚBLICA (RINSP/CPLP)**

Brasília, 24 de outubro de 2017

ATA

1) Sessão de Abertura

A Sessão de abertura foi presidida pelo Secretário Executivo da RINSP-CPLP, Félix Rosenberg, que agradeceu a presença de todos, a hospitalidade da Fiocruz-Brasília e todo o apoio prestado à realização da reunião pelo Ministério da Saúde (MS) do Brasil.

Em seguida usou da palavra Fábio Rocha Frederico, Assessor Especial do Ministro para Assuntos Internacionais de Saúde, do MS do Brasil. Na sua intervenção definiu, como objeto primordial da atividade dessa Assessoria o desenvolvimento de projetos e atividades concretas de cooperação, que traduzam benefícios para a população. Como prioridade para estas atividades identificou como “países-alvo” os que integram a CPLP e o MERCOSUL.

Na sua intervenção, Fábio Frederico definiu a área da saúde como uma área que permite identificar benefícios e resultados concretos para os países envolvidos nos modelos de cooperação. Apontou que um dos desafios atuais é o modelo de organização do sistema multilateral que, em termos de coordenação, torna o processo decisório de difícil concretização, uma vez que as decisões são repetidas, de organização para organização, sem que dessas resoluções resultem resultados concretos. Por último, colocou à disposição os recursos e capacidades do MS do Brasil para apoio à agenda da CPLP na área da saúde, reconhecendo o importante papel desenvolvido pela RINSP-CPLP.

Dando continuidade à sessão de abertura e em jeito de comentário geral, Felix Rosenberg, identificou que o trabalho desenvolvido pela Rede até ao momento permite perspetivar uma atuação muito positiva, com resultados cumulativos impressionantes e que reforçam o papel que vem sendo desenvolvido por esta área de cooperação na CPLP.

Em seguida procedeu-se à apresentação de cada um dos participantes da reunião:

| Estado-membro | Instituição | Nome Participante |
|----------------------|--|--------------------------|
| Angola | Instituto Nacional de Saúde Pública | Joana Afonso |
| Brasil | Ministério da Saúde – Assessoria Internacional | Fábio Frederico |

| | | |
|---------------------------------------|--|----------------------------------|
| | | Luciano Queiroz |
| | | Layana Alves |
| | | Douglas Luz |
| | Fundação Oswaldo Cruz | Felix Rosenberg |
| | | Paulo Buss |
| | | Augusto Paulo Silva |
| | | Paranaguá Santana |
| | | Manuel Araújo Amorim |
| | RIDES AIDS | Mauro Figueiredo |
| | RIDES Malária | Cintia Dantas |
| | | Liana Blume |
| | | Maria de Fátima Ferreira da Cruz |
| | RNP | Pilar de Almeida |
| | UNASUS | Francisco Campos |
| | Coordenador Nacional da Rede Universitária de Telemedicina | Luiz Ayres Messina |
| | Coordenador Nacional da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano | João Aprígio |
| | Comissão Temática de Saúde e Nutrição dos Observadores Consultivos da CPLP | Fernando Cupertino |
| | Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE | Alessandra Ambrósio |
| Cabo Verde | Instituto Nacional de Saúde Pública | Tomás Valdez |
| | Direção Nacional de Saúde | Maria da Luz Lima Mendonça |
| Guiné-Bissau | Instituto Nacional de Saúde Pública | Plácido Cardoso |
| | Hospital Simão Mendes | Francisco Aleluia Lopes Junior |
| Moçambique | Instituto Nacional de Saúde | Ilesh Jani |
| | Direção Nacional de Planificação e Cooperação do MS de Moçambique | Marina Karagianis |
| | Hospital Central de Maputo | Eugênia Macassa |
| Portugal | Instituto de Higiene e Medicina Tropical | Paulo Ferrinho |
| | | Deolinda Cruz |
| | Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge | Fernando Almeida |
| São Tomé e Príncipe | Ministério da Saúde | Cíntia Lima |
| Secretariado Executivo da CPLP | | Manuel Lapão |

2) Resumo das Atividades – Análise do grau de implementação do programa de Trabalho da RINSP-CPLP

O Secretário da RINSP-CPLP, Félix Rosenberg, começou por indicar que o grosso do trabalho da Rede tem incidido em atividades de cooperação estruturante e não na execução de projetos isolados. Referiu que o desafio passa assim por explicar aos governantes que o papel destas instituições é complementar da governança atual, pois define um espectro de intervenção de longo prazo.

Em seguida caracterizou o trabalho desenvolvido desde 2006 como desafiante e gratificante, uma vez que projetou influência positiva para avanços como:

- A criação e capacitação do INASA, na RGB;
- A inauguração próxima do novo prédio do INS de Moçambique;

- A criação do INSP de Cabo Verde e aprovação do respetivo plano executivo.

Considerou, pois, que todas estas atividades terão um impacto importante no desenvolvimento dos sistemas de saúde dos “países-alvo”. Identificou que os países com maior nível de capacitação colaboram hoje de forma intensa com os demais, aproximando cada vez mais as fronteiras técnicas e científicas entre os Institutos que compõem a Rede.

O resumo das atividades desenvolvidas no quadro do Plano de Trabalho 2017-2018, a título de processo de prestação de contas, é apresentado como **Anexo 1** da presente Ata.

Neste âmbito, mereceram destaque observações sobre as seguintes atividades:

- O fortalecimento dos INSP no âmbito dos ODS, que é hoje um objetivo prioritário da RINSP-CPLP e que acompanhará o trabalho da Rede nos próximos tempos;
- A identificação de novos recursos e garantia da sustentabilidade financeira da RINSP-CPLP, considerada como crucial para que as atividades prossigam e tenham a sustentabilidade esperada. Esta temática assume renovada centralidade numa conjuntura de dificuldade financeira e constrangimento orçamental;
- O grande sucesso que foi a Oficina conjunta sobre febre-amarela e arboviroses;

A este propósito e face aos sucessos identificados, mesmo em cenário de crise financeira, Paulo Buss reconheceu o enorme potencial de demonstração que a RINSP-CPLP congrega para a identificação e apresentação de novos projetos a diferentes fontes de financiamento, que possuem, na sua ótica, enorme margem para aprovação.

Seguidamente, Tomás Valdez enalteceu a metodologia que vem sendo prosseguida, pois permitiu, mesmo que em calendários dilatados de debate e troca de experiências, o alcance de resultados que são hoje amplamente comprovados e reconhecidos. A criação do INSP de Cabo Verde, como resultado da RINSP-CPLP é disso prova.

Plácido Cardoso identificou o potencial de criação dos INSP no espaço da CPLP, mas com a necessidade de que se promova um quadro de funções básicas e relativamente alargadas de prestação de serviços na área dos sistemas de saúde pública, projetando assim um impacto alargado na construção dos respetivos sistemas nacionais de saúde pública.

Fernando Almeida recordou a necessidade de uma melhor circulação de informação entre os INSP que compõem a Rede, para melhor conhecimento mútuo, aludindo à importância da utilização das redes sociais para facilitação da comunicação entre todos.

Sobre este ponto, em particular, dando seguimento ao que havia sido decidido na reunião da RINSP-CPLP, de abril de 2017, Manuel Lapão, apresentou o Facebook das Redes Estruturantes em Saúde da CPLP, **tendo ficado decidido que cada entidade integrante da Rede iria indicar ao SECPLP, um ponto focal para poder trabalhar, em nome da respetiva instituição, nesta ferramenta.**

3) Apresentação das Conclusões do “Seminário/Oficina conjunta UNASUR-CPLP de atualização científica e tecnológica sobre Febre Amarela e outras Arboviroses emergentes e reemergentes” (Anexo 2)

A apresentação das conclusões do seminário foi realizada por Ilesh Jani, constando como **Anexo 3** da presente Ata.

Do debate que em seguida se realizou, foi possível sistematizar as seguintes contribuições:

- Paulo Buss considerou que as recomendações resultantes deste seminário deveriam compor um projeto de resolução a apresentar à IV RMS da CPLP. Aditou, ainda, que existem recursos técnicos, em língua portuguesa, produzidos pela UNASUS do MS do Brasil, que deveriam ser disponibilizados a todos os Estados-Membros para apropriação conforme as necessidades que cada um possa identificar;
- Felix Rosenberg apelou para algumas questões que devem merecer destaque em termos de continuidade desta agenda no âmbito da RINSP-CPLP:
 - Criação de um ambiente favorável ao fomento de modalidades de ensino à distância;
 - Criação de um novo eixo para atividades de comunicação e informação;
 - Reforço dos processos de investigação clínica e de formação de saberes na área do impacto das mudanças ambientais sobre as arboviroses;
 - Tomar em consideração a existência de reações adversas à vacina contra a febre amarela, nomeadamente no que diz respeito a fenómenos de resistência ao processo de vacinação.
- Em seguida, foi efetuada uma primeira leitura de uma proposta de texto do que poderia configurar um projeto de resolução sobre o tema, a levar à consideração da IV RMS da CPLP. Esta proposta consta como **Anexo 4**.

4) Apresentação de proposta do Brasil sobre relançamento do e-PORTUGUÊSe enquanto Rede de Informação, Educação e Comunicação, transversal aos Eixos Estratégicos do PECS-CPLP

A apresentação foi efetuada por Augusto Paulo, que traçou o histórico do processo no âmbito da CPLP e dos diferentes Estados-Membros. No quadro dessa apresentação destacou a assinatura de um protocolo entre a Fiocruz e a OMS, que concede à Fiocruz a prerrogativa de centro colaborador nesse âmbito.

Informou, em seguida, que foi criado na Fiocruz um grupo de trabalho que definiu o que poderia ser o futuro desta plataforma, destacando-se a proposta de três áreas de intervenção:

- Acesso e disseminação de conhecimento;
- Formação e capacitação técnica;
- Desenvolvimento tecnológico.

Para que fosse possível avançar nessa proposta, indicou que haveria que considerar a criação de uma rede de pontos focais para o e-Portuguêse com o objetivo de:

- Definir a estrutura de gestão;
- Apresentar o projeto de reestruturação;
- Determinar os meios financeiros e a sustentabilidade.

Esta apresentação anexa-se como **Anexo 5**.

Fábio Federico, do MS do Brasil, identificou a oportunidade de que o trabalho possa avançar, como estrutura de promoção e disseminação de informação em língua portuguesa. Considerou que esta plataforma deve ser relançada durante a reunião ministerial, para que esta se constitua como uma ferramenta da CPLP, que fique residente no portal saúde da CPLP e que assim cresça em termos de institucionalidade, ao mesmo tempo que deve ser preservando o papel da Fiocruz com entidade dinamizadora de conteúdos. Nesta ótica, o Brasil identificou alguns recursos que poderão ser alocados ao processo.

Fernando Almeida, considerou que a plataforma deve, efetivamente, estar residente nos servidores da CPLP, embora evoluindo para além do seu âmbito inicial da área da saúde, dialogando com áreas no domínio da ciência e tecnologia. Para tanto deverão ser definidos TdR concretos que possam definir como avançar com esta iniciativa.

Plácido Cardoso apontou que, no caso da RGB, o país estaria recetivo à continuidade da iniciativa.

Deu-se em seguida um debate sobre o que deveria ser a **rede de pontos focais para o e-Portuguese** – se seriam da área dos Ministérios da Saúde ou de outras áreas setoriais – tendo ficado claro **que a sua origem seria da área da saúde**.

Nesse âmbito, Ilesh Jani, aludiu para a importância do engajamento dos Ministérios da Saúde na iniciativa, uma vez que o grupo alvo da plataforma inclui também alunos de escolas técnicas de saúde, profissionais de saúde, etc, havendo por isso a necessidade da participação dos Ministério na definição de conteúdos. Seguidamente, identificou a debilidade que os INS apresentam ao nível dos modelos de comunicação e informação, daí resultando óbvios constrangimentos para a sustentabilidade deste processo.

Na mesma linha, Tomás Valdez considerou a existência de algumas dificuldades de apropriação, com incidência na estratégia inicial do projeto, que poderia ser adaptada às novas realidades, uma vez que os conteúdos disponibilizados, por exemplo, ao nível das Bibliotecas Azuis, era relativamente básico. Esta realidade terá impedido uma maior amplitude na disseminação destes conteúdos em termos do seu país. Esta perceção foi sustentada por Maria Mendonça, que aludiu à necessidade de reformular a iniciativa e sustentar eventuais impactos para o futuro.

Felix Rosenberg distinguiu que a disseminação dos conteúdos e de conhecimento técnico e científico em saúde, em língua portuguesa, tal como previsto pelo e-Portuguese, é algo de diferente de uma estratégia de comunicação. Mas esta democratização do conhecimento pelo e-Portuguese acabou por falhar, uma vez que os conteúdos disponibilizados por essa plataforma eram relativamente básicos. Aludiu, depois, à importância da publicação científica em língua portuguesa, cada vez mais dificultada por constrangimentos impostos por alguns detentores de publicações internacionais que determinam o inglês como língua para disseminação de conteúdos científicos.

Fernando Almeida apoiou vivamente esta intervenção, secundando-a, dando nota da preocupação e prioridade do governo português em quebrar esta hegemonia do inglês e promover o português como língua de ciência.

Paulo Buss interveio no sentido de considerar que o e-Potuguese é hoje diferente do seu momento de apresentação e lançamento, pois a realidade é hoje diferente quanto a recursos técnicos e conteúdos científicos existentes em língua portuguesa. Avanços na telemedicina e telessaúde e de outros recursos didáticos em língua portuguesa, no espaço da CPLP, devem ser amplamente divulgados e partilhados, considerou. Aditou que deveriam ser identificados os recursos educacionais disponíveis nas instituições de saúde da CPLP e disponibilizados para os profissionais de saúde da Comunidade (hoje mais de 10 milhões), seja por via do Portal Saúde da CPLP ou outro mecanismo pertinente. Para tanto, questionou como se processará a governança do processo, exprimindo preocupação quanto à forma como seria avaliado e monitorizado.

Felix Rosenberg considerou que o principal desafio será o de pensar exatamente o que será o processo e objetivo futuro do e-Portuguese. Para isso haveria que considerar três possibilidades de intervenção:

- Ao nível da formação e capacitação dos profissionais de saúde da CPLP;
- Como ferramenta de disseminação de conteúdos informativos;
- Enquanto estrutura de promoção e geração de conhecimento científico em língua portuguesa;

Para finalizar, Augusto Paulo, fez recordar a necessidade de que os TdR possam ser definidos e aprovados para correta delimitação do que efetivamente se pretende desenvolver com esta plataforma.

5) Apresentação de proposta de “Mestrado em Biologia e controlo de vetores de doenças”

Paulo Ferrinho fez a apresentação dos objetivos preconizados com esta atividade de pós graduação, em regime profissionalizante, constando a apresentação do Mestrado como **Anexo 6**.

Entre as temáticas a abordar nesta formação, destacam-se, entre outras as relativas a:

- Comunicação e promoção da saúde
- Georreferenciação
- Resistência aos inseticidas
- Monitorização e vigilância
- Mobilidade das populações

Esta apresentação motivou o seguinte conjunto de intervenções:

- Paulo Buss considerou que os candidatos a este tipo de formação deveriam ser motivados pela possibilidade de conseguirem algum tipo de colocação profissional no final do ciclo formativo;
- Paulo Ferrinho indicou que a componente formativa – presencial e de ensino à distância - contempla uma metodologia que incorpora, a partir de um ciclo inicial de formação, a possibilidade de replicação das formações nos respetivos contextos nacionais, numa lógica de formação de formadores;
- Ilesh Jani considerou que processo formativo deveria considerar a ligação entre a componente académica e o trabalho desenvolvido pelos INSP, numa lógica de adequar a oferta às necessidades do terreno. Considerou, ainda, a possibilidade de aprendizagem com as boas práticas resultantes da implementação do Mestrado de Epidemiologia,

nomeadamente em Moçambique e, talvez noutros Estados-Membros da CPLP, uma vez que:

- i) é implementado numa parceria entre os INSP e as Universidades;
 - ii) é dirigido a funcionários públicos e,
 - iii) apresenta o potencial de formar Mestres com carácter “profissional” e “académico”;
- Maria da Luz indicou a preocupação de que a formação não se afaste da componente de terreno e dos problemas que nele se verificam;
 - Tomás Valdez considerou que a ligação entre a prática laboratorial e o trabalho de campo é necessária e que deveriam ser consideradas com igual ênfase;
 - Fernando Almeida exprimiu o seu interesse em poder ver o INSA integrado na construção do processo em curso, que deverá ser construído numa perspetiva CPLP;
 - Felix Rosenberg considerou, por último, que haveria que ter em atenção:
 - **Se o primeiro núcleo dos candidatos deveria ter origem em funcionários públicos, o que poderia contribuir para a futura contratação dos mestres, perspetiva que foi acolhida por todos como oportuna;**
 - **Se o Mestrado seria realizado apenas no âmbito da CPLP ou se num contexto de parceria com a UNASUL, tendo ficado acordado que ficaria aberto a profissionais de saúde de ambas as organizações. Porém, numa primeira convocatória, será dada preferência a candidatos originários dos PALOP.**

Do debate sobre o tema resultaram as seguintes decisões:

- **Consenso generalizado quanto à pertinência de realização do Mestrado, que irá avançar;**
- **Será criado um grupo de trabalho que se irá debruçar sobre os conteúdos que irão compor o programa formativo, composto por representantes do IHMT, Fiocruz, INSA, INS de Cabo Verde e INSP de Angola. Este grupo ficará responsável pela finalização do programa de mestrado e será coordenado pelos professores João Pinto, do IHMT e Denise Vale, da Fiocruz;**
- **Será criado um Conselho Consultivo, enquanto órgão assessor contínuo sobre questões académicas;**
- **Tanto quanto possível, o Mestrado deverá estar no terreno até setembro de 2018;**
- **A primeira atividade do Mestrado, na componente formativa presencial, será realizada na cidade da Praia, em Cabo Verde.**

6) Mesa Redonda: Agenda 2030 e os ODS – Papel dos INSP na implementação e no monitoramento das metas respetivas

A apresentação do tema foi efetuada por Paulo Buss e consta da presente Ata como **Anexo 7**.

Após uma análise macro de todo o processo que conduziu à aprovação da Agenda 2030, Paulo Buss propôs, no domínio do ODS 3, que cada país introduzisse na respetiva agenda nacional de saúde, uma meta adicional a essa agenda global, que pudesse corrigir uma omissão desse temário:

- “Enfrentar os determinantes sociais da saúde, por meio de formas inovadoras de governança que incluem formulação e intervenção política coerente, intersectorial, dos diversos setores governamentais e a sociedade civil”

Por último, introduziu um debate sobre o papel para a RINSP-CPLP e os INSP na prossecução da Agenda 2030 para desenvolvimento sustentável, deixando as seguintes propostas para debate:

- “Governança: Participar e apoiar a governação nacional da Agenda 2030 e ODS no respetivo país, no plano governamental e com a sociedade civil;
- Desenvolvimento de conhecimento: saúde nos planos de desenvolvimento, governação intersectorial, determinantes sociais da saúde, indicadores apropriados, implementação das metas de saúde e outros ODS relacionados;
- Formação de recursos humanos;
- Difusão: realizar eventos apropriados com atores governamentais e da sociedade civil, envolvendo os *mass-media*;
- Contribuir no esforço de “localização” dos ODS, com desenvolvimento de metodologias de implementação, acompanhamento e avaliação;
- Acompanhar a conjuntura global e regional;
- Desenvolver governação interna para implementar o papel dos Institutos.”

Tomás Valdez, que coordenou esta mesa redonda, interveio em seguida para comunicar que, em Cabo Verde, foram atribuídas competências ao INSP de Cabo Verde sobre a temática dos ODS, na área da saúde, que implicam grandes desafios e a necessidade de readequação de meios.

Felix Rosenberg apelou para o papel fundamental que os INSP poderão ter na geração de dados primários a nível local, identificando questões prioritárias para o processo de desenvolvimento antes que elas ocorram, isto na perspetiva das determinantes sociais de saúde., bem como o papel potencial e real que os Observatórios Nacionais de Saúde desenvolvem ou podem desenvolver na monitorização dos ODS.

Fernando Almeida apoiou a intervenção de Felix Rosenberg, considerando que os INSP também se devem ocupar da análise e pesquisa das temáticas associadas às determinantes sociais de saúde, produzindo informação de apoio ao processo de tomada de decisão na área do desenvolvimento sustentável.

Plácido Cardoso traçou, igualmente, os avanços verificados na Guiné-Bissau em termos do alinhamento dos instrumentos e políticas estratégicas nacionais com os instrumentos e políticas da Agenda 2030. Nesse quadro, disse que falta concluir um processo de debate nacional para a definição dos indicadores nacionais mais adequados. Notou, seguidamente, a oportunidade do trabalho intersectorial e a forma global como as questões devem ser encaradas.

Paulo Ferrinho considerou que a forma como os técnicos de saúde são formados, por áreas de especialização muito concretas, impede uma análise mais ampla e cuidada sobre as causas e evidências das determinantes sociais da saúde.

Paulo Buss sugere que, nesse sentido, possa ser desenvolvido um trabalho coordenado, em jeito de estudo:

- Sobre como se encontra a governança desta matéria em cada Estado-Membro e como está a implementação da Agenda 2030;
- Como se encontra a saúde nesses países, e
- O que podem os INSP fazer ou querem fazer nesse domínio.

Daqui resultaria uma metodologia comum para abordagem da CPLP sobre o tema e que permitiria uma imagem global, disse.

Manuel Lapão considerou que existe uma oportunidade para que esta temática seja verdadeiramente apropriada pela RINSP-CPLP e para que se criem mecanismos de articulação institucional e partilha com outras áreas setoriais da CPLP, considerando a transversalização que a agenda impõe. Considerou que dessa coordenação poderia resultar uma visão integrada da CPLP sobre a implementação dos ODS na Comunidade, elevando assim a importância e capacidade de diálogo da RINSP-CPLP com os órgãos superiores da CPLP e com outros contextos internacionais. A este propósito, exemplificou a necessidade de articulação deste grupo com a rede de Pontos Focais dos ODS na CPLP, criada em março de 2017.

Esta intervenção e oportunidade foram secundadas por Alessandra Ambrósio, da ABC, que alinou a necessidade desta articulação ao debate que atualmente corre na CPLP sob a égide da presidência brasileira da Comunidade, justamente dedicada à Agenda 2030.

Francisco Aleluia identificou a necessidade de uma articulação mais centralizada da atuação na área da saúde da CPLP, olhando para as necessidades vigentes em termos de formação, capacitação e outras como um todo e não de forma setorial apenas.

Tomás Valdez, enquanto coordenador da mesa redonda, sistematizou os desafios e constrangimentos anteriormente apontados, tendo identificado os seguintes:

- O que podemos fazer como RINSP-CPLP e Institutos?
- Que capacidade organizacional será necessário identificar para dar seguimento à agenda?
- Como implementar e monitorizar as atividades a realizar?

Para concluir, em linha com a intervenção anterior, Paulo Buss deixou as seguintes sugestões:

- Há que ter em atenção que existe uma proposta de resolução a propor à IV RMS da CPLP, que sugere a criação de um grupo de trabalho, no qual deverão ser integrados os INSP da CPLP, fazendo assim com que os ministérios da saúde reconheçam o contributo dos Institutos na implementação da Agenda 2030 de forma mais ampla e eloquente;
- Deveria ser promovida a realização de um estudo de localização, identificando o estado da arte em cada Estado-Membro, ou seja, como se encontra a implementação da Agenda 2030 nos países e como é vista a agenda da saúde nesse contexto;
- Que papel pode ser desempenhado pelos INSP nesse trabalho e qual a sua capacidade para a criação de uma metodologia comum.

7) Mesa Redonda “Financiamento da Cooperação em Saúde na CPLP”

Paulo Ferrinho, coordenador da Mesa Redonda, introduziu o tema refletindo sobre uma nova visão que deveria enquadrar a abordagem do tema do financiamento. Assim, considerou que:

- Mais do que financiamento para as atividades, o tema deveria ser analisado do ponto de vista da sustentabilidade das atividades a prosseguir;
- Deveria ser identificada qual a capacidade que cada INSP possui para a angariação de recursos;
- Deveria existir uma preocupação sobre como tornar a RINSP-CPLP e os Institutos visíveis e apelativos. Para tanto, deu como exemplo o interesse da OMS Afro, reiterado em diversas ocasiões, em observar as reuniões da CPLP e em participar na dinâmica dos trabalhos.

Tomando a palavra, Felix Rosenberg, concordou com a temática da visibilidade, dando como exemplo a presença de observadores da OMS na reunião sobre a febre amarela recentemente realizada, oportunidade em que tomaram conhecimento com a atividade da RINSP-CPLP que elogiaram.

Ilesh Jani identificou a capacidade de agregação ao nível dos países, sugerindo que se verifique como é possível uma melhor capacidade para a criação de plataformas de debate a nível comunitário e nacional. Deu como exemplo o evento que Moçambique irá realizar sobre a temática dos ODS e que, apesar de se realizar em âmbito nacional, alargará essa fronteira de interesse a outras dimensões como a da CPLP. Sobre o acolhimento de algumas reuniões internacionais que os países realizam, considerou que, inevitavelmente, algumas delas correspondem mais ao interesse das agendas dessas agências do que ao interesse dos próprios países e que há que saber aproveitar essa dinâmica.

Paulo Ferrinho considerou importante que, nesse quadro, as agendas nacionais de saúde se deveriam alinhar mais com a agenda da CPLP, tal como se alinham com outras agendas internacionais, como a da OMS por exemplo.

Paulo Buss considerou importante que os países pensassem em estratégias de autofinanciamento para a sua participação nas atividades da Rede nos próximos tempos.

Plácido Cardoso refletiu em seguida sobre o desequilíbrio que existe em termos do processo negocial entre os países beneficiários e os seus parceiros de desenvolvimento.

Reagindo a essa intervenção, Paulo Ferrinho colocou o tema da equidade entre as parcerias que são efetuadas entre o Norte e o Sul, aludindo a uma proposta de resolução que será analisada pela IV RMS.

Tomás Valdez considerou que deveria existir uma advocacia reforçada junto dos Ministros da Saúde, permitindo concorrer de forma mais eficaz às fontes de recursos existentes nos orçamentos nacionais, diálogo este que deverá ser alinhado com o trabalho que os INSP desenvolvem no quadro do SNS. Considerou que os INSP deverão receber os recursos mínimos para cumprir as obrigações que lhe são impostas para que não fiquem condicionados na sua missão.

A finalizar o debate, Paulo Ferrinho apresentou como conclusões da mesa redonda os seguintes aspetos:

- **As colaborações devem ser enquadradas em valores éticos de parceria e devem contemplar princípios orientadores de equidade;**
- **Existem possibilidades de incrementar a visibilidade junto de diversas entidades de cariz regional e local, convidando-os a tomar parte e a observar dos trabalhos da CPLP;**
- **Deverão ser aproveitados eventos de mobilização de cientistas da CPLP para realizar atividades de coordenação da CPLP;**
- **Deverão ser garantidos recursos mínimos para participação dos INSP na Rede, sugerindo que exista uma proposta de resolução aos ministros da saúde que leve a que sejam garantidos recursos mínimos para funcionamento e participação oriundos dos OGE;**
- **Deverá ser refletida a possibilidade de coordenar atividades para captar recursos junto de diversas agências e parceiros de desenvolvimento: BM, TDR, etc;**

- Em complemento, Felix Rosenberg, sugeriu que os INSP pensassem, à luz do que já havia sido refletido por diversos participantes, numa estratégia de captação de recursos a partir de serviços que os Institutos possam prestar. Por exemplo, no âmbito do controlo e garantida de qualidade dos alimentos.
- Por último, Paulo Ferrinho considerou que seria importante o desenvolvimento de um calendário para sistematizar as propostas acima apresentadas, definindo os próximos passos.

8) Encerramento

Não havendo mais nada a acrescentar, o Secretário Executivo da Reunião deu por encerrados os trabalhos, agradecendo novamente a presença e o contributo de todos.